

# Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

---

## A CIDADE NAS AULAS DE GEOGRAFIA

Neiva Otero Schäffer

*Boletim Gaúcho de Geografia*, 19: 48-56, maio, 1992.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38014/24497>

---

Publicado por

**Associação dos Geógrafos Brasileiros**

---



Portal de Periódicos  
**UFRGS**

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL

---

### Informações Adicionais

**Email:** [portoalegre@agb.org.br](mailto:portoalegre@agb.org.br)

**Políticas:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

**Submissão:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

**Diretrizes:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

---

Data de publicação - maio, 1992

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

## A CIDADE NAS AULAS DE GEOGRAFIA

Neiva Otero Schæffer\*

O ensino formal, regular, que se estende a um número cada vez maior de alunos, uma idéia de universalização a partir de padrões mínimos de conhecimento, é recente na história da humanidade. Tem sua origem na expansão do modelo de produção capitalista. Para esse ensino generalista, fundamental à formação de determinados valores (pátria, trabalho, honestidade, etc.), a produção de conhecimento tem ocorrido, via de regra, no âmbito das universidades e chega aos professores do ensino básico através dos cursos superiores, das publicações especializadas (livros, revistas) e, sobretudo, através dos livros didáticos.

Quando os professores de Geografia trabalham uma temática qualquer em suas salas de aula, os objetivos, os procedimentos e os conteúdos selecionados expressam, em primeiro lugar, a vivência do professor, e, em seguida, seu envolvimento com o conhecimento geográfico. Saber como este conhecimento foi produzido, bem como as razões de um dado encaminhamento teórico, permitem uma posição clara frente ao tema proposto e um adequado tratamento dos objetivos que o professor delineou para sua ação.

Nesse sentido, refletir sobre a unidade temática cidade/urbano no ensino de 1º grau impõe uma revisão, ainda que breve, do papel deste tema na Geografia e da forma como o estudo da cidade é veiculado nas propostas curriculares que estão em discussão, isto é, as propostas elaboradas pela SEC/R\$ (1980), UNIJUÍ (1984), SEE/SP (1988) e SEM/RJ (1988). Como orientação para a presente exposição podem ser propostas três questões gerais:

- como se apresenta a cidade nos estudos de Geografia e, por extensão, nos livros didáticos de Geografia?
- por que estudar a cidade nas aulas de Geografia?
- como está orientado o estudo da cidade nas propostas curriculares apreciadas neste curso?

---

\* - Professora no Departamento de Geografia da UFRGS.

- Texto preparado para o curso de extensão universitária "A Geografia e o Ensino Fundamental" promovido pelo Departamento de Geografia e PROREXT/UFRGS, com o apoio da AGB-PA, em agosto-setembro de 1989. Entregue para publicação em 1991.

urbana, estrutura e uso do solo, funções), mas que mantêm praticamente os pressupostos até então adotados: sociedade como um todo homogêneo (todos os homens são iguais e têm interesses comuns), determinação dos fenômenos pelas condições naturais ou culturais, crença num método único (científico) para abordar diferentes fenômenos (os da natureza e os da sociedade).

A partir do final dos anos 70, no Brasil, surge uma nova perspectiva de análise, acompanhando o movimento de reflexão crítica que já se fazia sentir em outros países. Nesta linha a cidade será analisada a partir das relações de produção, que se dão no seio de uma sociedade não movida por interesses comuns, mas que é complexa, contraditória e cujo movimento é orientado por interesses de classe.

Os contatos com outras ciências sociais se ampliam, bem como os temas relacionados à questão urbana e estudados pelos geógrafos. Cidade e campo não mais são visto como pontos/paisagens diferenciadas no espaço, mas como componentes de um mesmo processo sustentado pelo modo de produção que os enquadra. O processo de urbanização importa mais que a caracterização formal da cidade. Renda e uso do solo, produção da habitação e segregação social, distribuição e acesso da população a meios de consumo coletivo (transporte, ensino, saúde), papel do Estado e das diferentes frações do capital na produção do espaço urbano, formas de gestão urbana, colocam-se como temas prioritários de análise. O estudo geográfico da cidade de mais do que propiciar sua descrição visa, nesse contexto, sua compreensão e transformação, na medida em que o pesquisador/professor vê no indivíduo (cidadão, aluno) o agente de produção e transformação. A natureza e a cultura local não participam como determinantes do processo, já que a determinação é social.

Essas discussões serão passadas, sem um espaço de tempo significativo, para o ensino de 1º e 2º graus. Antes da metade da década surgem livros didáticos que introduzem esta nova orientação teórica (entendimento do que seja o urbano e sua materialidade: a cidade) e metodológica (dialética). Os textos abordam a relação campo-cidade, a produção do espaço urbano, enfatizando o papel do Estado e do capital, a questão dos meios de uso coletivo, o uso do solo, o cotidiano da vida na cidade capitalista moderna, onde se acentua a separação entre o 'viver' e o 'trabalhar' e onde mais claramente se visualizam as contradições sociais e a degradação do ambiente físico. Daí a presença dos temas relativos aos movimentos sociais, à segregação e à violência.

A observação de livros didáticos quanto à unidade temática **cidade** mostra que essas três grandes linhas de orientação de pesquisa geográfica estão presentes em obras atuais. Novas abordagens, referidas ao movimento da economia capitalista na década de 80 e seus efeitos sobre o território, em especial sobre a cidade, começam a incorporar novos conceitos e novos termos ao vocabulário acadêmico. No entanto, praticamente ainda não chegaram ao texto didático e não estão presentes nas propostas em discussão.

## A cidade na Geografia

A revisão das obras tradicionais da literatura geográfica, em especial daquelas de origem francesa e que mais influência tiveram sobre a Geografia no Brasil, mostra uma menor atenção a este tema que a outros, bem mais intensamente abordados. É o caso da ênfase aos estudos de fenômenos da natureza (Geografia como "ciência dos lugares" e não dos homens) e aos estudos agrários, que mais claramente diferenciavam os "gêneros de vida" (tão caros à Geografia Francesa), as possibilidades do meio e as determinações da cultura, numa perspectiva de história local. Os estudos relegaram a um segundo plano o estudo da cidade, mesmo num momento em que uma forte migração campo-cidade alterava profundamente os padrões sociais tradicionais no espaço europeu e o crescimento das cidades era um fenômeno notável.

Os capítulos dedicados à cidade nas obras tradicionais vão privilegiar alguns itens: história da cidade (origem, primeiros povoadores), posição e sítio, volume da população e atividades básicas. Tal seqüência está presente ainda em muitos de nossos textos escolares.

A Segunda Grande Guerra e o período imediatamente posterior promoveram fortes transformações no mundo todo a partir de um processo de reorientação do capitalismo. Configuram-se uma nova ordem na divisão mundial do trabalho, novas relações internacionais e um crescente interesse por um efetivo conhecimento dos diversos espaços territoriais. É o momento em que se exalta o planejamento como o instrumento capaz de promover o desenvolvimento e eliminar as desigualdades regionais. O rápido crescimento da população mundial e o ritmo de deslocamento das populações rurais para as cidades tornaram os estudos de população e os estudos urbanos de fundamental importância ao planejamento do Estado e à acumulação capitalista.

A cidade, naquele momento foi encarada como um sistema e os problemas que se colocavam para seu 'desenvolvimento' ou 'progresso' como desequilíbrios ou disfunções do sistema. Nessa ótica a intervenção em uma ou mais das variáveis que não estivesse 'funcionando' era entendida com o caminho para corrigir a disfunção e reequilibrar o sistema. Mais do que explicar o fenômeno emergente, impunha-se a descrição dos padrões de localização intra-urbano e as relações entre cidades de diferentes portes. A diversidade de teorias (lugar central, polarização), de modelos de estrutura urbana (a maioria deles tomados aos estudos pioneiros da Escola de Chicago) e de recursos estatístico-matemáticos para quantificar, classificar e descrever a cidade, marcou essa etapa da produção geográfica sobre a cidade. Outras orientações teóricas desenvolvidas e ainda adotadas por geógrafos, como a percepção, ainda que importantes, não mereceram o mesmo destaque.

Para o ensino fundamental, a pluralidade teórica e instrumental desse período não foi passada. Como reflexo desse movimento de pesquisa e produção, estão presentes nos livros didáticos novos temas (rede

## A cidade no ensino

A razão de estudar a cidade ou o urbano nas aulas de Geografia decorre da resposta a um pergunta anterior e mais ampla: porque estudar Geografia?

O estudo da cidade está atrelado à posição do professor em relação a sua disciplina, o que inclui seus conhecimentos e seus compromissos frente ao trabalho. Ao assumir a regência de classe, e para dar conta daquela pergunta, espera-se que, no mínimo, o professor possua domínio da área de estudos, o que lhe permitirá transitar pelos conteúdos sobre a cidade, presentes em diversas publicações, trabalhando-os a partir de objetivos anteriormente definidos.

Os conteúdos, isto é, as unidades temáticas e seu tratamento, devem funcionar como instrumentos nas mãos dos professores para o alcance dos objetivos mais gerais que traçaram para a sua ação. O entendimento do papel social que desempenham e a clareza quanto aos objetivos de seu trabalho, frente a esse papel, são os dados que serão jogados para a opção entre uma ou outra abordagem sobre a cidade, entre o máximo descompromisso (vou 'dar' aula de 'cidade' como e porque está no livro) e o máximo envolvimento, que pressupõe reflexão, estudo, posicionamento quanto às razões e formas de tratamento do tema (conteúdo da aula).

## A cidade nas propostas em análise

A leitura das propostas curriculares analisadas no curso indica que a unidade temática 'cidade' acompanha de forma coerente a orientação geral das mesmas. Pode-se reunir as propostas da UNIJUÍ, da SEC-Rio e da SEC-SP numa mesma orientação, ainda que apresentem uma série de caracteres distintivos. A da SEC-RS diferencia-se e, conseqüentemente, diferencia a cidade.

Nessa última proposta, apresentada em 1980, são acatados os pressupostos gerais da lei 5692/71 - que resultou na reforma do ensino brasileiro a partir de 1972 - e suas diretrizes. A leitura do texto da proposta mostra, no entanto, seu anacronismo. Pode-se exemplificar com um dos objetivos da educação (preparo para a cidadania) e com um dos objetivos dos Estudos Sociais (ajustamento ao meio, com ênfase ao conhecimento do Brasil na perspectiva atual de seu desenvolvimento), presentes nos textos legais e na proposta da SEC-RS.

O tempo decorrido entre a proposta (1980) e a base legal (1971) e todo o movimento histórico presente nesse tempo não permite a repetição da adoção dos mesmos objetivos. Em 1970, em plena vigência de um regime autoritário era historicamente compreensível a inclusão de Estudos

Sociais com vistas ao preparo para a cidadania entendida como 'ajuste' ao meio, respeito à lei, acato às ordens e ao sistema vigente, e como preparo para o trabalho, num momento em que há efetiva ampliação dos empregos, mesmo que sem elevação da retribuição pelo trabalho.

O início da década de 80, quando a proposta é elaborada, mostra outra realidade. Em 80, num processo de abertura democrática, cidadania é trabalhada como formação de opinião pública, capaz de direcionar decisões políticas; não mais ajuste, mas crítica e participação na construção social, e pensar o Brasil não mais vale falar em 'desenvolvimento', 'crescimento', mas analisar a perspectiva recessiva claramente delineada, a crise econômica onde inflação e recessão se combinam nos claros efeitos sobre o urbano.

A proposta é contraditória em si. Ao encaminhar uma educação voltada à vivência do aluno, ao pensamento reflexivo e à criatividade, paradoxalmente, quando desenvolve as idéias básicas que sustentam os conceitos, adota uma concepção determinista, fundamentada ora na natureza ora na cultura. Com este tipo de determinação não há justificativa para reflexão e crítica, mas para conhecimento e aceitação. Há, assim, um descompasso entre a argumentação inicial, os pressupostos da proposta, e as unidades temáticas com os procedimentos sugeridos.

A cidade que se apresenta nesta proposta resulta, enquanto sistema, de soma de partes, como formas e funções alheias à ação do indivíduo. Esta não vai muito além da mera percepção de seu entorno enquanto características formais e funcionais interligadas a outros espaços (noção de rede) e da listagem de sugestões de intervenções para melhorias pontuais (noção de progresso), vistas como de competência do Estado (administrador de interesses coletivos, únicos para toda a coletividade). A idéia de ação política, portanto, não pode estar presente nesse tipo de encaminhamento.

As outras três propostas são contemporâneas. Apóiam-se no movimento de crítica à orientação neo-positivista implantada no pós-guerra e à sua vinculação ao planejamento do Estado e à reprodução capitalista. Tal movimento expressa a crise do modelo econômico destes países a partir do final dos anos 60, que torna mais visíveis as contradições do sistema e as desigualdades sociais. O estudo da cidade nessas propostas baseia-se não mais na noção de sistema, mas de totalidade, de espaço socialmente construído e, portanto, historicamente determinado. As determinações naturais e culturais são rejeitadas. A categoria mais importante para análise é o trabalho humano, a forma como se realiza num certo modo de produção.

Nessa perspectiva de totalidade e movimento constante, de construção social do espaço e de compreensão da realidade como instrumento de transformação social, a cidade assume um papel de destaque no ensino de Geografia em qualquer de seus graus. Tal importância decorre de ser a cidade o espaço no qual com mais clareza se visualizam a forte alienação entre o trabalho e a natureza, a máxima acumulação do capital, a intensidade das contradições e dos conflitos de interesse, mas sobretudo

do onde surgem as maiores possibilidades de organização de movimentos com o objetivo de transformação social.

A cidade é colocada nessas propostas como instrumento de promoção de uma educação que se volta à formação de uma cidadania consciente, atuante, capaz de levar o aluno a refletir sobre seu papel enquanto agente de construção do espaço através da análise crítica da realidade que o cerca.

O temário vinculado à discussão e ao estudo da cidade se diversifica e, na medida em que obrigatoriamente deve trabalhar a vivência do aluno, não pode restringir-se a programas muito rígidos, mas permitir uma adequação à realidade vivida pelo grupo (aluno e professor). São propostas bem mais ambiciosas e bem mais exigentes em relação à prática docente. Sem um bom conhecimento do espaço em que vive, na perspectiva de agente de construção desse espaço, e sem uma definição clara de objetivos de mudança social que deseja ver concretizada o professor não conseguirá encaminhar essas propostas dentro das intenções que as norteiam. Poderá, talvez, 'modernizar' seus conteúdos, acompanhando novos livros didáticos à disposição no mercado, mas mantendo velhos procedimentos e os mesmos resultados: memorização e passividade frente ao modelo social.

Há, assim, diferenças sensíveis no estudo da cidade entre a proposta da SEC-RS/80<sup>2</sup> e as demais. Estas diferenças estão centradas tanto na concepção de cidade e de urbano, como no enfoque dado aos conteúdos selecionados para desenvolver a unidade temática em sala de aula.

Nos quadros a seguir estão esquematizadas as diferenças principais presentes nas propostas: no primeiro estão apontadas as concepções de cidade; no segundo, as diferenças no tratamento dos conteúdos.

---

2 - É importante alertar que a SEC, quando este texto foi escrito (1990), vinha procurando desenvolver uma nova proposta pedagógica, baseada em outros pressupostos teóricos, e promovendo, via DES, a discussão com os professores.

**Quadro 1**  
**Concepção de cidade nas propostas analisadas**

SEC/80	Ijuí/84	SP/88	Rio/88
cidade como			
* - paisagem;		* - espaço socialmente determinado;	
* - sistema estruturado pela soma de suas partes;		* - área de máxima separação entre o viver e o trabalhar, entre o homem e a natureza;	
* - espaço natural e ou culturalmente determinado;		* - lugar especialmente propício à acumulação capitalista;	
* - espaço ordenado pelo poder público (administração), que é visto como o instrumento capaz de atender aos interesses da comunidade (habitantes com iguais direitos e interesses), na busca do 'sucesso da organização urbana' e		* - espaço de maior clarificação das desigualdades sociais e das contradições do sistema, maximizando a visualização das tensões sociais; e	
* - tendo no planejamento público o caminho de desenvolvimento social.		* - lugar onde se acentuam as possibilidades de participação do cidadão, de organização e de transformação social.	



**Quadro 2**  
**Conteúdos sobre a cidade e seu enfoque nas propostas analisadas**

---

SEC/80

Ijuí/84, SP/88 e Rio/88

---

**Origem da cidade**

\* - Na natureza e ou na cultura.

\* - Expressão de um contexto social, de um modelo de desenvolvimento econômico.

**Natureza**

\* - Sítio - análise das partes de um sistema e de suas interações.

\* - Como recurso apropriado pela sociedade, que o transforma.

**Organização interna da cidade**

\* - Morfologia, zoneamento, funções e fluxos.

\* - Agentes sociais de produção do espaço. Trabalho. Condições de acumulação capitalista e de reprodução da força de trabalho. Produção e acesso aos valores de uso coletivo.

**Relações com outros espaços**

\* - Porte e hierarquia da cidade em uma rede urbana. Fluxos interurbanos. Separação entre campo e cidade.

\* - Inserção multi-escalar, dentro de uma visão de totalidade. Campo-cidade como elementos de um mesmo processo socio-econômico.

**População urbana**

\* - Volume, distribuição espacial intra-urbana, densidades, composição (idade, sexo, trabalho, etnia), crescimento da população.

\* - Desigualdade de acesso a bens e serviços; formas diferenciadas de reprodução/crescimento dos segmentos da população; qualidade de vida.

**Poder local**

\* - Organização político-administrativa do espaço municipal.

\* - Papel da municipalidade, Estado e sociedade, na gestão do território.

---

Portanto, o estudo da cidade nas aulas de Geografia no ensino fundamental não tem um único modelo. O tipo de orientação que será adotado pelo professor, definindo os conteúdos e procedimentos, decorre de seu comprometimento com a disciplina e com a Educação. Este comprometimento está expresso nos objetivos que traça para o seu trabalho e que explicam as razões de estudar geograficamente a cidade.

### **Proposta analisadas**

SEC/RS. Diretrizes curriculares para o ensino de I grau - Área de Estudos Sociais. Porto Alegre, 1980.

SEM/RJ. Proposta curricular para 5ª a 8ª série. Rio de Janeiro, 1986.

COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL (36ª DE, 31º Núcleo do CPERS, SME de Ijuí, UNIJUÍ). Proposta de trabalho para a área de Estudos Sociais. Ijuí, 1986.

SEC/SP/Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Proposta curricular para o ensino de Geografia - 1º Grau. 4ª edição preliminar. São Paulo, 1988.

SEC/RS/Supervisão Técnica. Proposta pedagógica - Documento preliminar. Porto Alegre, 1989.